

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:  
OPRESSÃO E RESISTÊNCIA**

Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi (UNIGRAN/UEMS)

[sgarbi@unigran.br](mailto:sgarbi@unigran.br)

Marlon Leal Rodrigues (UEMS)

[marlon@uems.br](mailto:marlon@uems.br)

**RESUMO**

Esta investigação se ancora na teoria da análise de discurso pecheutiana e objetiva realizar uma leitura acerca dos discursos constituintes da imagem sobre a educação escolar indígena no município de Dourados – MS. Para essa reflexão traremos recortes narrativos de redações de professores indígenas participantes do processo seletivo para o vestibular da Faculdade Intercultural Indígena Teko Arandu (2010). A partir das referidas narrativas, buscamos identificar a eficácia ideológica sobre os discursos desses professores e a presença de interdiscursos, os quais sugerem pertencerem às formações discursivas decorrentes de uma ideologia sobre um modelo de educação não condizente com a realidade indígena. Nesse sentido, o sujeito índio, diante do contexto de produção em que está inserido, ou seja, o momento de avaliação para o vestibular, com o intuito de se apropriar de um bem que, mesmo julgando não pertencer a sua cultura, ele o deseja, acaba por apropriar de discursos do não índio. Como base teórica para esse trabalho, mais especificamente, fomos às fontes de Michel Pêcheux (1995) no que tange à questão de interdiscurso e memória discursiva (1999), por entendermos que os dizeres da atualidade estão atrelados a outros discursos constituídos ao longo da história, fomentando as fronteiras imaginárias. Ainda trouxemos as ideias de poder e resistência advindas de Michel Foucault (1979), e acerca do conceito de identidade desses professores, na perspectiva de Mikhail Bakhtin (2006), como sendo representação imaginária, instaurada na memória discursiva (PÊCHEUX, 1999), pois, para os povos indígenas, a questão da identidade é muito forte e se mescla com cultura, com tradição dos povos, com preservação da língua de berço, mas, também, com o desejo de acessar a "outra língua", a segunda língua, que é a língua portuguesa, para que possam, minimamente, serem tomados como sujeitos.

**Palavras-chave:** Educação escolar indígena. Interdiscurso. Sujeito. Identidade.

**1. Condições de produção: situando o leitor**

conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condições de dar imediatamente certo número de precisões. (PÊCHEUX, 2011, p. 204).

Diante das considerações de Michel Pêcheux, buscamos explicitar as condições de onde emergem os discursos bases para esse estudo. Dessa forma, o município de Dourados, segunda maior cidade do estado do Mato Grosso do Sul, por sua configuração multicultural pode ser enten-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

dido como uma região de contexto complexo. Diz-se dessa forma porque a população desse município é composta por pessoas advindas de várias regiões do Brasil e de outros países. A complexidade aumenta porque, além da questão de imigração, trata-se de uma região considerada de fronteira, pois está a 110 km de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Paraguai (fronteira seca). Considerando essas questões entende-se que há a construção de um mosaico sociocultural étnico e linguístico o qual, por suas diferenças, inevitavelmente muitas vezes torna-se palco de muitos conflitos.

Como peça integrante desse mosaico, temos as etnias guarani (kaiowá/ñhandeva) e terena as quais vivem nas aldeias Jaguapiru, Bororo e Panambizinho. Segundo João Machado (2012)<sup>24</sup>, responsável pelos registros de nascimentos no posto da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na própria aldeia Jaguapiru, esse número chegaria, atualmente, a 15.000 indígenas e o índice de natalidade estaria em torno de 450 crianças.

Ainda, na tentativa de expor as especificidades dessa comunidade, destacamos a proximidade das aldeias com o centro urbano, pois o que divide a cidade e a aldeia é apenas um anel viário, conhecido, discursivamente, também como o muro da miséria. Entretanto, o que ainda caracteriza essas aldeias como rurais é a falta de estruturas, como: saneamento básico, pavimentação, iluminação e sinalizações. Quanto as habitações, há poucas casas consideradas tradicionais e a grande maioria é de alvenaria. As aldeias estão ilhadas, sem condições de expansão, vistas como um curral humano, verdadeiro confinamento, como assentado nas palavras do antropólogo indígena Tonico Benites (2013).

Essa situação contribui para a instauração de vários problemas, problemas esses que a mídia local e mesmo nacional retrata com frequência. Os conflitos não são apenas externos às aldeias, mas até mesmo entre os próprios indígenas, é comum, por exemplo, a veiculação nos noticiários, tanto escrito como televisivos, de indígenas atropelados na BR por estarem embriagados, ou, ainda, assassinados por outros indígenas, além de estupros e casos de enforcamentos. O que se percebe é que a aldeia não consegue mais suprir as necessidades de seu povo. Nesse contexto, podemos inferir que, para ser aceito, esse povo é constantemente

---

<sup>24</sup>Optamos por usar os dados fornecidos pelo Posto da FUNAI da aldeia Jaguapiru por entender que este retrata mais fielmente a realidade numérica da população indígena da aldeia Francisco Horta.

pressionado a mudar seu modo de agir visto que é alvo de preconceitos, tanto cultural quanto linguístico.

Nas aldeias Bororó e Tengatuí Marangatu de Dourados há seis escolas indígenas: Escola Municipal Indígena Tengatuí; a Escola Municipal Indígena Araporã; a Escola Municipal Indígena Agustinho; a Escola Municipal Indígena Ramão Martins e Escola Lacu'y Isnard. Há também uma escola estadual de ensino médio, denominada – Escola Estadual Guateka – Marçal de Souza. Ainda temos no distrito de Panambizinho a Escola Municipal Indígena Pay' Chiquito. Esse distrito fica um pouco afastado do centro urbano, porém não está isento dos conflitos expostos anteriormente.

O contexto das escolas indígenas de Dourados, por suas configurações multiétnica e multicultural, carece de uma regulação social e linguística que considere suas particularidades. Talvez uma alternativa fosse o reconhecimento político e social à diferença que começa pelo reconhecimento do espreitamento e do esgarçamento que se tem hoje a respeito da população indígena da região. A “linha” de fronteira entre a aldeia e os centros urbanos é tênue, essa linha de fronteiras que abordamos pauta-se nos espelhamentos das diferenças, são as ocorrências de descontinuidades, de interrupções e de erupções e são inapreensíveis como deve ser a desconstrução das projeções imaginárias que foram, ao longo da história, sedimentando preconceitos.

Sabemos, contudo, que tanto a “realidade”, quanto as representações são imagens projetadas, sendo que a proposição de relatar uma dada realidade se dá por percursos instituídos ideologicamente que homologam as representações como verdadeiras. Tais homologações ocorrem tanto por meio do sujeito enunciador quanto por meio do sujeito enunciatário, pois as relações intersubjetivas os incumbem dos papéis de uma interpretação solidária, de valores e sentidos partilhados, reservando, no interior do senso comum, um lugar estável para as verdades socialmente construídas. Dessa forma, as representações são efeitos do imaginário, são atravessadas pelas práticas imaginárias; não existe relação referente-referência há, sim, uma construção discursiva do referente, que parece um “já-lá” pelos efeitos de memória.

Trazendo esses apontamentos que incidem sob o sujeito indígena para o contexto da educação escolar indígena a situação fica mais crítica visto que as ações desempenhadas nesse setor vão ao encontro de um verdadeiro extermínio linguístico. Esse extermínio tem sua base no con-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ceito pré-construído de uma nação monolíngue. Isso contradiz o que postula a Constituição Federal do Brasil 1988, em seu artigo 210, parágrafo 2º: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, a qual podemos denominar de proposição “fundadora” – dado o estatuto de legitimidade que o discurso jurídico possui, porém, as práticas sugerem que essa política ainda está muito aquém de se efetivar.

### 2. *A análise do discurso e suas contribuições*

Embora questões referentes aos povos indígenas já tenham sido objeto de pesquisas em outros campos de saber, como o da antropologia, história, geografia, entre outras, pontuamos que a direção dada pela análise do discurso pode oferecer uma visão mais sensibilizada por partir de uma perspectiva discursiva uma vez que o homem constitui e se constitui discursivamente.

Dessa forma, a análise do discurso proposta na França por Michel Pêcheux, na década de 60, e, por Eni Puccinelli Orlandi, no Brasil, ainda na contemporaneidade, nos indicam um caminho teórico pertinente para percorrer alguns dos procedimentos de construção de sentidos direcionados à educação escolar indígena e, dessa forma, compreender como esses sentidos ainda provocam ruídos e ganham estabilidades a partir da memória discursiva.

Considerada como um novo campo do saber, a análise do discurso institui como seu objeto de estudo: o discurso. A definição desse objeto não se deu de forma inaugural, mas via deslocamentos conceituais de outros saberes vistos como científicos, como o da linguística, do marxismo e da psicanálise. Nesse imbricamento de saberes, Michel Pêcheux não descarta, mais especificamente, duas releituras feitas à época da articulação de sua proposta; a releitura de Marx, realizada por Althusser e a de Freud, feita por Lacan. Cabe destacar aqui também a importância da linguística que, naquele momento, deixava brechas por conta da desestabilização de seu estruturalismo.

O discurso visto como objeto de pesquisa da língua indica uma ruptura aos estudos realizados até então, assim, uma das iniciais tarefas da análise do discurso foi situar o discurso em relação à língua e, por

consequente, indicar outra concepção de língua. Nesse sentido, Rodrigues adverte que:

A definição de discurso vai ser uma construção constante à medida que vai definindo sempre tensamente neste espaço limite – linguístico com o não linguístico de forma contígua – um campo de/na relação entre sujeito, discurso, condição de produção. As formulas e esquemas são uma constante na tentativa de compreensão deste novo objeto, o discurso. Mas os esquemas e formulas representam o esforço de uma articulação metodológica, não mais da língua com o seu exterior, mas do discurso e o que implica esse discurso: locutores, enunciação, sentidos, enunciados, interpretação, posição social, o “conteúdo” (enquanto saber discursivo) e como ele se produz nas relações discursivas. (RODRIGUES, 2011, p. 54-55)

Dessa forma, a análise do discurso ao definir seu objeto nesse novo campo de saber, provoca um rompimento incontornável na visão de língua, decorrente da linguística estrutural, como transmissão de informação, comunicação consciente do falante. Eni Puccinelli Orlandi, nesse viés, explica que:

A linguística constitui-se pela afirmação da não transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a análise do discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento não é unívoca, não é uma relação diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade. Por outro lado, a análise do discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há de real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção dos sentidos, esses estudos dos discursos trabalham o que vai se chamar a forma material (não abstrata com a da linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguística-histórica. (ORLANDI, 1999, p. 19)

Logo, toda a exterioridade à língua passa a ser indicada como constituinte dos sentidos produzidos histórico político e ideologicamente. Do mesmo modo, as questões de literalidade e transparência tomam significados de efeitos resultantes de embates de lutas de classes durante a história.

O caráter abstrato da língua, as regras autossuficientes, instituídas pelo estruturalismo, não se sustentam ao se oporem à forma material relacionadas à inseparabilidade de língua e à história na constituição dos efeitos de sentidos, considerando que os sentidos não estão em quem enuncia, mas sim em movimentos de mudança constante, relacionados, os quais determinam os sujeitos e os lugares sociais.

Eni Puccinelli Orlandi (2004, p. 45) vem ratificar a noção de forma material ao indicar que o “discurso remete a forma material que se

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

distingue da forma abstrata e se considera, ao mesmo tempo, forma e conteúdo enquanto materialidade”. Logo, implica em indicar que a língua em uso não se restringe apenas às suas regras internas. Isso é o que Bethânia Mariani (1998, p. 27) expõe ao asseverar que “significar, produzir sentidos está na ordem do discurso, que é uma ordem distinta da ordem da língua, mas que a supõe como base”.

Também Michel Pêcheux postula que o discurso “não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (1990, p. 82). Assim, o discurso deve ser entendido como processo social, que não se realiza sozinho, mas em conjunto em uma complexidade linguística e histórica. Do mesmo modo, os sentidos são construídos a partir das posições ocupadas por seus enunciadores inseridos em formações sociais as quais estão representando durante o processo discursivo. É essa posição que permitem dizer o que dizem visando a um sentido e não a outro, pois contam com um imaginário, formulado histórico e ideologicamente, das representações entre os interlocutores, ou seja, não há realidade e sim “representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo”. (PÊCHEUX, 1993, p. 85)

A sustentação dessa representação imaginária é decorrente daquilo que já foi dito em relação à mesma, dessa forma não há origem do dizer e sim movimento do curso da linguagem. Tudo o que é dito a partir de uma formação discursiva, ou matriz de sentido, deve ser remetido a essa matriz, mesmo como uma resposta de forma direta ou indireta ao discurso, e essa articulação só é possível a partir da memória reatualizada constantemente, ou seja, um *sempre já* do discurso, decorrente de entrelaçamento e rupturas do passado e o presente, responsáveis pelo processo de produção de sentidos. É nessa perspectiva que esse estudo direcionado à educação escolar indígena vem buscar compreender o entrelaçamento discursivo e os deslizamentos de sentidos que permeiam os discursos desses professores no que se refere à educação escolar instituída a eles. Diante disso, torna-se necessário trazer a pauta os conceitos de interdiscursos e memória discursiva na tentativa de perceber como os discursos se constituem.

### 3. *Os ditos e a relembração da memória*

É no imbricamento de dois eixos que se formam os discursos e/ou seus efeitos de sentidos, um está centrado na memória, os já ditos, enten-

ditos como intradiscursos, o outro eixo é composto pelas condições de produção que possibilitam a emergência de novos enunciados diante de um acontecimento; o interdiscurso. Desse modo, no processo discursivo, visto como memória, o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu dizer devido ao esquecimento postulado por Michel Pêcheux. Logo, nesse jogo de dito anterior que faz funcionar a discursividade, inscrição de uma memória que ganha outros significados, é a exterioridade que constitui.

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciativo. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p. 89-90)

Essa constituição, inacessível ao sujeito, garante seu funcionamento a partir de uma memória não condizente com a memória psicológica, mas uma memória discursiva sustentada pelo esquecimento, ou seja, uma anterioridade como efeito de sustentação pelo pré construído e dessa forma, não questionável, pois pensar as possibilidades do dizer seria “tirar as consequências do fato de que o não dito precede e domina o dizer”. (PÊCHEUX, 1988, p. 291). Desse modo, é no entrecruzamento dos intradiscursos que se mobilizam os ditos e não ditos, os silenciamentos. Nessa direção, a análise do discurso centra no que é dito, mas também no que não foi dito, não buscando a indicação de um sentido verdadeiro, único, mas sim como esse discurso se sustenta e seus deslizamentos de sentidos. É nesta direção, do não aprisionamento dos sentidos, da relação do dizer imbricado ao não dizer que se insere a ideia de incompletude da linguagem visto que tantos os sentidos, os sujeitos e os discursos não estão finalizados, pronto, mas sim em constantes ressignificações.

Nos intradiscursos estão relacionados os discursos do sujeito, discursos outros e, também, o discurso do outro que por meio da ideologia o constitui a partir de um processo de interpelação do indivíduo em sujeito. É por conta desta complexa relação, sujeito, ideologia e discurso, que intradiscursos podem ser confundidos com algo produzido pelo inconsciente durante o processo discursivo, produto genuíno do indivíduo. Isso não condiz visto que o intradiscurso é esquecido no inconsciente, uma espécie de recalque, que a partir de simulação pode retornar ao discurso do sujeito. Outra maneira de se identificar o intradiscurso é a partir do dis-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

curso transverso, ou seja, o interdiscurso no intradiscurso que consiste na dissimulação da voz do outro presente no discurso.

No que diz respeito aos conceitos de intra/interdiscurso é importante esclarecer que o intradiscurso está relacionado ao que já foi dito antes, em outro lugar, enquanto o interdiscurso remete ao que é dito agora, relacionado ao que foi e ao que poderá ser dito posteriormente (PÊ-CHEUX, 1997, p. 166). Assim, o intradiscurso, entendido como o espaço possível da formulação, somente será constituído na sua inerente relação com o interdiscurso.

### 3.1. Tessitura das análises

Direcionando as teorias, até o momento esboçadas, para o objeto de análise dessa pesquisa, podemos constatar que muitos dos conceitos expostos, há pouco, fazem-se presentes nas SDs<sup>25</sup> que seguem. Antes, porém, faz-se necessário esclarecer que os recortes narrativos, oriundos de redações de professores indígenas, participantes do processo seletivo para o vestibular da Faculdade Intercultural Indígena Teko Arandu (2010) foram transcritos exatamente como redigidos, ou seja, nenhuma reorganização linguística foi elaborada.

(SD1) “na minha aldeia nós temos escola *ideal* que nossas crianças possam estudar”.

O adjetivo *ideal* pode ser entendido como um intradiscurso uma vez que pertence aos mesmos discursos sobre o modelo de escola defendido pela sociedade letrada, assim permite esse retorno no discurso indígena ao mesmo tempo que esse sujeito tem a ilusão de ser dono de seu dizer, como se isso fosse realmente seu. Ainda pode ser visto como um discurso transverso, considerando que as escolas impostas às aldeias são instituições não condizentes com o modelo de ensinar e aprender da cultura indígena, nesse sentido há a repetição do discurso do outro que o constitui como sujeito, pois para ser sujeito de direito ele supostamente teria que aderir aos bens fundamentais para todos os cidadãos brasileiros. Cabe ainda as constatações de um interdiscurso, o que ele diz agora, ou seja, o seu discurso.

---

<sup>25</sup> Recorte de um discurso, imerso em uma FD (formação discursiva), determinado por uma FI (formação ideológica), constituinte de uma FS (formação social).



(SD2) “Mas agora o governo, pessoal do poder começou a olhar mais na família carência e esta oferecendo vários *benefícios e estudo para os povos que não tem capacidade de estudar principalmente os indígenas*”.

Em SD2, as marcas de um já dito, ou interdiscurso, são explícitas no trecho “*benefícios e estudo para os povos que não tem capacidade de estudar*, esses “sem capacidades” são os considerados pelo sujeito, como os carentes, ou seja, se é carente não possui capacidade de aprender. É um discurso que visa a apagar outro possível no sentido de expor as reais situações do sistema escolar de forma geral, uma vez que a escola para todos está apenas no imaginário.

A escola atual pode ser entendida como um contexto de exclusão, e não o contrário, visto que permite o acesso, mas não garante a permanência, pois é organizada de modo homogeneizante e as diferenças não são consideradas; ainda é como se todos partilhassem dos mesmos conhecimentos. Contudo, é mais cômodo atribuir o fracasso ao sujeito e não ao sistema. Nesse mesmo discurso, a sentença “*principalmente os indígenas*” aparece como forma de reafirmação da não capacidade indígena, ou seja, o indígena não é apenas carente, mas é também incapaz.

Toda essa relação é possível considerando que tudo já foi dito, não há o novo, o que existe são ressignificações condizentes aos acontecimentos sócio-históricos. Assim, tudo que um sujeito diz está inserido em uma determinada formação discursiva e não em outra, logo, indicará um sentido e não outro uma vez que as palavras não têm sentidos nelas mesmas. Nessa direção, os discursos de determinada formação discursiva (FD), são representações de formações ideológicas, de embates discursivos, pois estão em constante reconfiguração. Diante disso, Michel Pêcheux afirma que as formações discursivas são: Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Isso implica inferir que as fronteiras entre as Formações Discursivas não são fixas, elas são delineadas por uma heterogeneidade de diversas outras formações, seus contornos são instáveis, sem uma demarcação precisa dos saberes internos e externos; o que indica uma estreita relação com a conjuntura social e histórica, imbricada por formações ideológicas vigentes. As formações ideológicas não podem ser entendidas como sendo uma representação individual, ou apenas de sociedade, as mesmas possuem suas bases em relações mais complexas como as posições de

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

classes em conflitos. No caso da educação escolar indígena é preciso evidenciar como os discursos inerentes à mesma emergiram e ainda permanecem produzindo sentidos.

[SD3] Antigamente os indígenas *não se preocupavam com a educação* dos brancos. Não tinham a necessidade de serem instruídos através de escola e universidades. (índio guarani).

O enunciado explicita a questão dos deslizamentos de sentidos, pois a construção “*não se preocupavam com a educação*” adquiriu outros sentidos, diante das condições sociais em que vivem os índios na atualidade, assim esse “*não se preocupar*” perdeu espaço para outro efeito de sentido, como “desinteressado, que não se esforça”. Ele indica que não havia essa necessidade de instrução acadêmica, pois tinham outros recursos suficientes para seu modelo de ensino aprendizagem, contudo, o que temos discursivamente nesse sentido se reduz somente à sentença de que os índios não são capazes.

A memória que permite esse dizer é entendida por Eni Puccinelli Orlandi (2009) como interdiscurso, exterior constitutivo, responsável pelo sentido advindo de outro lugar, ou seja, a memória discursiva é a recorrência de dizeres que emergem a partir de um determinado momento histórico específico, sendo atualizados ou esquecidos de acordo com o processo discursivo, é algo que fala antes, em outro lugar.

A discussão sobre a questão da educação escolar indígena produz significados sustentados em um imaginário histórico que confirma o trabalho da memória discursiva na produção dos efeitos de sentidos. Isso porque, como indica Bethânia Mariani (1993), a memória histórica possui o papel de “fixar um sentido sobre os demais”. Assim, permite a homogeneização das representações sociais. Nessa direção, Michel Pêcheux esclarece que.

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Isso envolve apontar que todo discurso se constitui a partir da memória e do esquecimento de outros, o que nos leva a entender que a homogeneização das representações sociais é naturalizada. No caso da educação escolar indígena é preciso evidenciar como os discursos inerentes à mesma emergiram e ainda permanecem em processo de produção sentidos.

Essa memória que permite esse dizer é entendida por Eni Pucchinelli Orlandi (2009) como interdiscurso, exterior constitutivo, responsável pelo sentido advindo de outro lugar, ou seja, A memória discursiva é a recorrência de dizeres que emergem a partir de um determinado momento histórico específico, sendo atualizado ou esquecido de acordo com o processo discursivo, é algo que fala antes, em outro lugar.

A memória pode se entendida como um espaço de retomadas de discursos antecedentes, porém não deve ser abreviada a somente isso. Ela é, ainda, um componente intrínseco entre embates de forças ideológicas que buscam restituir os implícitos (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) e forças opostas que resistem para desestabilizar os já-ditos, isso a partir do que Michel Pêcheux chamou de efeitos de paráfrase:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: - um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; – mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (PÊCHEUX, 2010, p. 53)

Nesse viés, a memória discursiva permite a repetição dos pré-construídos visto sua plasticidade, ao mesmo tempo, que também se desloca, se reinventa, se reconstrói e se desdobra diante a um novo acontecimento que imerge. Logo, se reinventa em novas paráfrases juntamente aos contradiscursos, contribuindo assim para um embate discursivo em que as resistências se instalam.

#### **4. Contribuições de Michel Foucault: poder e resistência**

A ordem do discurso é um texto em que seu autor, Michel Foucault, aponta reflexões sobre o poder como articulação, controle e organização do saber na sociedade. O autor expõe que as coerções incididas sobre quem fala indicam sempre para dois pontos; o primeiro seria o poder como uma relação de força uma vez que o indivíduo cede a um dominador. Nessa direção, torna-se evidente que o poder está em toda parte, visto o atravessamento dos sujeitos pelas relações de poder, ou seja, discurso e poder estão relacionados, de forma que as relações de poder interfiram na produção do discurso.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e cons-

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

titutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1999, p. 88-89)

O poder não está apenas imerso às instituições como o Estado, ou algo que o menor cede ao maior, o poder é uma relação de forças e essa forma está presente em todos os lugares, permeando todas as atividades pessoais e sociais, de modo que nenhum sujeito pode ser considerado fora dessas relações de poder sem implicar em hierarquias de valores. O segundo ponto seria apontar que o poder não é simplesmente dominação, mas também constitui efeitos de verdade e saber. Ainda nesse texto, fruto da aula inaugural do Collège de France, Michel Foucault sugere que a produção de discursos na sociedade não é elaborada de qualquer forma, ou seja, é regulada por determinadas regras controladoras as quais determinam o que pode e, assim, deve ser dito e quem está autorizado a dizer.

Dessa forma, ao falar, o sujeito deve observar a posição e o valor dessa posição dentro de um estrato social, e, quem fala não é qualquer um que pode falar desse mesmo lugar. Logo, o autor, na posição de sujeito do discurso, é ao mesmo tempo autônomo e submisso, pois é autônomo quando se coloca como sujeito autorizado a dizer, mas é submisso porque só lhe cabe dizer de acordo com a instituição representada. Isso é resultado do desenvolvimento da sociedade capitalista quando institui um poder disciplinador por meio dos aparelhos ou instituições, tornando os sujeitos submissos. É nesse sentido que o autor aponta que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, suas ligações com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1995, p. 10), ou seja, o discurso é constituído a partir de um desejo maior e exterior que é o poder.

[SD4] Sabemos que temos atualmente ensino nas próprias língua com sua etnia sem ter outra pessoa no meio, isso também depende dos autoritário dos municípios, porque *ele também e poderosos, mas temos o nosso direito perante dos autoridade, que nos defendem*. Vou continuar trabalhar como está na constituição primeiro fortalecer nossa língua maternidade, sabemos o quanto significa pra indígena. Gosto de trabalhar ensinar disso na aldeia nem todos secretaria de educação aceita isso e acham que a educação dele e melhor do outro, nós já temos nossa ensinamento, educador na escola nãnderunãndery com essa presença e *mais forte puro saudável*. Assim teremos melhor ao povo indígena com ajuda de mais velho idoso, sem isso não tem educação. Isso terão o fruto do nosso povo dentro da *ensinamento com bilinguí*, não mistura.

Futuramente filhos, netos poderão usar aproveitar tudo isso é precioso. (índio guarani)

Esse enunciado pode ser entendido como de resistência ao indicar que se pode ter um ensino na língua sem ter outro no meio, esse outro no meio é uma referência ao que muito tem acontecido nas escolas indígenas, uma vez que não há um currículo elaborado propriamente pelos professores indígenas; eles seguem o currículo da secretaria tentando adaptar à realidade escolar indígena. Nessa direção, o sujeito se afirma em uma Lei maior, a Constituição, pois ele expõe que vai continuar trabalhando como está na constituição, resiste às imposições da secretaria porque entende que *“ele também e poderosos, mas temos o nosso direito perante dos autoridade, que nos defendem”*. Percebe, ainda, como a organização escolar do não índio deposita seu modo de aprender e ensinar de forma pejorativa, de menor valor, porém se impõe ao afirmar que seu modo de ensino/aprendizagem é *“mais forte puro saudável”*, pois conta com a presença de *“nãnderunãndery”*. Aqui esse sujeito demonstra que também tem poder de influência e é isso que Michel Foucault (1999) sugere ao afirmar que o poder é a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de s organização.

Ainda, nessa direção, temos a valoração dos conhecimentos tradicionais, pois o sujeito narra que *“assim teremos melhor ao povo indígena com ajuda de mais velho idoso, sem isso não tem educação”*. Essa posição é fundamental porque para o indígena não há outro método de educar sem considerar os mais velhos, as tradições, as rezas, os cantos sagrados, os rituais. Outro mote, nesse enunciado, merecedor de destaque, é o que faz referência a ser bilíngue, como expressa: *“ensinamento com bilíngui”*, pois mesmo diante de um contexto em que sua língua é a todo tempo desvalorizada, esse sujeito coloca sua situação de bilíngue em posição de vantagem e que isso pode ser uma vantagem para seu povo no futuro.

Conforme as colocações de Michel Foucault, podemos inferir que o discurso não pode ser entendido somente como uma luta, é necessário considerá-lo em suas condições de produção, nos procedimentos de controle que implicam em tomada de poder, seja pela interdição ou segregação, porém, ambas na mesma direção que é a vontade de verdade. Dessa forma, os discursos não compreendidos ou convencionados são excluídos, como os discursos dos loucos, pois não são de interesse social, por não terem caráter de verdade.

Logo, cada sociedade, dentro de um âmbito de saber, possui regras que modelam a produção discursiva e isso lhe confere o poder de ser

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

verdadeiro ou não; a oposição entre verdadeiro e falso deve ser vista como uma organização de exclusão que sempre esteve presente em todos os acontecimentos históricos e isso é mais evidente quando a verdade é produto constituinte de regras internas ao discurso.

Dentre as formas de repressão do discurso, como as já citadas, interdição e segregação, Michel Foucault ainda coloca o ritual, “sociedade de discurso”, doutrina e apropriação social do discurso, como formas determinantes para a produção discursiva. Nessa sequência, o autor indica que ao ritual compete a função de ordenar comportamentos, controlar as conjunturas e juntamente determinar os signos que devem compor os discursos. Nesses comandos estão, por exemplo, os discursos políticos, revolucionários, feministas, religiosos, entre outros.

Quanto às sociedades de discursos, cabem o papel de controle e circulação desses discursos, obedecendo sempre a uma normatização linguística e escrita que regula esse sistema. Nesse campo controlador estão as doutrinas, cuja função é fazer com que os sujeitos obedeçam e reconheçam as regras impostas e já aceitas discursivamente pelo social como verdades.

No intuito de disseminar os discursos como verdades e juntamente fazer com que a sociedade os aproprie, meios como a ciência e a educação, são utilizados. Nesse sentido esses veículos podem efetivar a tarefa que lhes fora incumbida de duas formas; fazer circular os discursos e coibir a existência daqueles que não estão em consenso com as regras predeterminadas pelas sociedades de discursos e isso pode ser evidenciado nas palavras de Michel Foucault:

O discurso, assim concebido, não é manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. (FOUCAULT, 2007, p. 70)

Isso implica em perceber que os sujeitos não são livres para instituir qualquer conceito, pois só podem ser estabelecidos os conceitos que já foram autorizados pelo sistema de regulamentação das práticas discursivas, logo, é isso que determina o discurso ou censura a produção dos novos conceitos. O que há é um dispositivo de controle dos dizeres imbricado nos diversos lugares sociais que afetam o sujeito em sua posição enunciativa, assim determinam o conteúdo, a forma e o lugar do enunciado. Esse mesmo dispositivo de controle pode ser da ordem do visível uma vez que vigia e pune aqueles que fogem às regras.

Esse caráter disciplinador de Michel Foucault (1987) é desenvolvido no texto *Vigiar e Punir*, onde são descritos os efeitos do modelo disciplinar, representado pela figura do *panóptico*, o qual funciona como uma máquina arquitetada para manter em vigilância as pessoas que desobedeciam às leis impostas ou por apresentarem algum tipo de patologia. Como representantes desse modelo disciplinador podemos destacar as escolas, os hospitais e as prisões.

Ainda nessa obra, o autor destaca que o poder de forma punitiva ocorre por meio do medo, da súplica, no sentido de demonstrar a relação de poder do soberano sobre o súdito, pois por meio de um ritual público se intensificava a dominação e a força soberana, como indica o autor, “nos excessos dos suplícios, se investe toda a economia do poder”. (FOUCAULT, 1987, p. 35)

Contudo, a partir das análises sobre as prisões, Michel Foucault percebe que as práticas disciplinares consideradas próprias do sistema prisional podem ter uma abrangência muito mais ampla, alcançando espaços em toda a sociedade, em instituições, como fábricas, hospitais, escolas, entre outras, constituindo, assim, uma sociedade disciplinada por práticas de poder disciplinares. O objetivo maior aqui então é a busca de uma organização com estrutura disciplinar no intuito de alcance, tanto individual quanto coletivo, de uma obediência ao comando autoritário, hierarquizado e controlador, ou seja, tornar os sujeitos dóceis.

O autor destaca que esse modelo disciplinador é uma característica militar em que o soldado é preparado para a guerra, logo realiza suas instruções pela força da disciplina. Contudo, esse modelo foi transferido a outras instituições sociais com o mesmo objetivo, como a escola, a igreja, a fábrica, a família, os hospícios, as usinas, os hospitais, os asilos, os orfanatos, os reformatórios e as prisões. Dessa forma, seguindo os pensamentos do autor, todas essas instituições desempenham um modelo social organizado para atender às exigências econômicas de uma época.

No que se refere à resistência, segundo Michel Foucault (1999, p. 91), “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Assim, onde há relação de forças os contra-ataques são inerentes. Logo, a resistência vem desmistificar a imagem de potência máxima e absoluta do poder, pois um não existe sem o outro. Nesse sentido,

Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível. Também são, portanto, distribuídas de

## II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levantar de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. (FOUCAULT, 1999, p. 88-92)

O que podemos inferir diante do exposto é que não se trata apenas de uma oposição, um conflito entre dominantes e dominados, de se impor contra a classe que domina e dela retirar o poder, pois desse modo, estaríamos apenas mudando o poder de endereço, trata-se tão somente, se é que nos é permitido o uso da expressão “tão somente”, *resistir*.

### 5. *Considerações finais*

É a partir do/no olhar do outro que a identidade de um sujeito é constituída, do mesmo modo que são pelas representações reelaboradas discursivamente, como jogo de espelhos, que as imagens e as posições sociais são atribuídas. Logo, todo dizer está atrelado à posição de onde se fala, isso implica em sugerir que é desse lugar que o mesmo faz a imagem do outro.

Para Michel Pêcheux (1997, p. 85), “a percepção é sempre atravessada pelo já ouvido e o já dito através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas”. Isso é o que o filósofo francês institui como jogo de imagens. Dessa forma, as diversas formações imaginárias resultam de si mesmas. É nessa relação de imagens que estão inseridos os discursos dos e sobre os indígenas, logo são passíveis de deslizamentos/silenciamentos/deslocamentos de sentidos; isso porque o sujeito ao dizer, diz a partir de um lugar que é decorrente de relações imaginárias constituídas por formações ideológicas.

Nesse sentido, ainda sob as orientações de Michel Pêcheux (1988, p. 162), ele indica que “o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos, que se realiza por meio do complexo das formações ideológicas e especificamente pelo interdiscurso intrincado nesse processo”, ou seja, essa relação com outros já ditos, oriundos dos



sujeitos, pertencentes às comunidades abordadas neste trabalho e retomados pela memória discursiva, reelaborados conforme a conjuntura a que se insere, nos faz refletir acerca da educação escolar indígena e indagar até que ponto esses sujeitos conseguirão resistir à opressão que lhes atinge.

Assim, a situação de proximidade que o sujeito indígena possui com os centros urbanos, como no caso específico dessa pesquisa, possibilita que o mesmo transite por vários espaços em comum e tenha contato com diversas formações ideológicas, partilhe dos mesmos discursos e intradiscursos que interferem em sua realidade e, por conseguinte, em sua constituição identitária.

Percebemos, portanto, que a situação de minoritarizados vivida pelos indígenas das aldeias de Dourados (MS) faz com que esses sujeitos, por mais que busquem ocupar espaços até então negados, não consigam se desvincular dos rótulos constituídos historicamente, pois a ilusão de univocidade parece imperar sobre eles. Suas identidades não podem ser construídas historicamente, pois antes de qualquer outra identificação eles são índios e ser índio, nesse contexto, não é positivo diante dos olhares da maioria da sociedade não indígena.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich (VOLOCHINOV, Valentin Nikolaiévitch). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENITES, Tônico. *A escola na ótica dos ava kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Rio de Janeiro. 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

MACHADO, João. *Bi-alfabetização e letramento com adultos em guarani/português: é possível? Um estudo etnográfico e valorização do tetã guarani*. 2012. Dissertação de estrado em andamento na UFGD.

MARIANI, Bethânia. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 3, n. esp., p. 55-72. Tubarão: Unisul, 2003.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**  
**XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

\_\_\_\_\_. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise do discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.*, vol. 2, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma retórica do oprimido – os discursos de representantes indígenas. In: *Encontros de Sociolinguística e Análise do Discurso*. Paris: MSH, 1984.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Exterioridade e Ideologia. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 30, p. 27-33, jan./jun. 1996a.

PÊCHEUX, Michel. Aplicação dos conceitos da linguística para a melhora das técnicas de análise de conteúdo. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Trad.: Carolina Rodriguez-Alcalá. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2011, p. 203-226.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995-1998.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) *Textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011.

RODRIGUES, Marlon Leal. Discurso sobre e representação identitária do negro cotista da UEMS. Tese de pós-doutorado em análise do discurso. Campinas: UNICAMP, 2011.